



SAÚDE

“Evolução”, diz Anvisa sobre cannabis medicinal

Presidente da agência, Leandro Pinheiro Safatle foi o convidado do *CB Poder*. Foram formalizadas, nesta semana, as novas regras para o uso medicinal da planta no país. A decisão amplia as possibilidades de uso dos derivados da maconha

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

» CAETANO YAMAMOTO*

Tema de grande relevância para a saúde e para a economia, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) definiu como vai funcionar o cultivo e o uso medicinal da cannabis no país. A decisão que amplia as possibilidades de uso dos derivados da maconha foi publicada no *Diário Oficial da União* nesta semana. Convidado do *CB Poder* — uma parceria entre **Correio** e TV Brasília —, ontem, o diretor-presidente do órgão regulatório, Leandro Pinheiro Safatle, ressaltou a importância do avanço da mudança.

Com as novas regras, passa a ser permitida a comercialização de medicamentos para uso bucal, sublingual e dermatológico baseados na cannabis. Antes, apenas os de uso oral e inalatório podiam buscar registro para venda no Brasil. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) ordenou a obrigatoriedade de criação de um marco regulatório do tema.

“Conseguimos realizar uma evolução regulatória bastante importante para o país. O relator realizou um trabalho importante de ouvir a sociedade para trazer esse conjunto de normas coesas. Até então, tínhamos predominantemente autorizações para a importação de derivados de cannabis”, ressaltou Safatle às entrevistadoras Sibele Negromonte e Adriana Bernardes.

O presidente da Anvisa apontou que, desde 2015, quando começou a regulação medicinal da cannabis, mais de 660 mil produtos foram requisitados. “Em 2019, o processo avançou para autorizar a produção no Brasil, mas em uma etapa final do processo produtivo. Hoje, temos 49 produtos à base de cannabis sendo vendidos no país por 24 empresas fornecedoras, com controle de qualidade e segurança.



Os estudos trazem evidências para diversas condições, como a epilepsia refratária, especialmente em crianças que não respondem a terapias convencionais. Também há efeitos positivos para dores neuropáticas, caquexia (em pacientes com HIV), esclerose múltipla e espasticidade.”

Leandro Pinheiro Safatle, presidente da Anvisa

Atualizamos agora a norma de produção, incluindo novas formas farmacêuticas, como pomadas e produtos sublinguais”, disse.

Ele reiterou que o processo produtivo está integralmente autorizado pela Anvisa. Com isso, a agência amplia o alcance da regulação sobre a cannabis medicinal e passa a regular toda a cadeia — do cultivo ao uso dos produtos. “Com as normas publicadas, é possível realizar todo o ciclo, do insumo até o medicamento acabado. Simultaneamente, a Anvisa publicou uma norma de pesquisa que autoriza instituições públicas, universidades e empresas privadas a realizarem estudos para avançar no processo regulatório.

“O que temos são muitos produtos derivados sendo comercializados. A regulação aprovada pela Anvisa autoriza esses produtos e concede tempo para que as pesquisas forneçam evidências para que eles evoluam até se tornarem medicamentos”, disse o convidado do *CB Poder*.

Trâmite

Leandro Pinheiro Safatle afirmou que há poucos medicamentos disponíveis que tenham como base a cannabis. Segundo ele, o tempo para regular um medicamento é garantido pelo estudo clínico analisado pela Anvisa. Conforme as evidências apresentadas, o órgão usa instrumentos para realizar a evolução do processo regulatório.

“O que temos são muitos produtos derivados sendo comercializados. A regulação aprovada pela Anvisa autoriza esses produtos e concede tempo para que as pesquisas forneçam evidências para que eles evoluam até se tornarem medicamentos”, disse o convidado do *CB Poder*.

O presidente da Anvisa afirmou

que, para os interessados no mercado da cannabis medicinal, a portaria estabelece um período de vacatio — de seis meses para que todos os órgãos envolvidos se aprimorem e recebam as demandas. “Após esse prazo, os interessados podem solicitar a regulamentação na agência”, destacou.

Uma das preocupações da agência é o uso recreativo da cannabis após a liberação do uso medicinal. O diretor lembrou que há um controle rigoroso do processo produtivo, incluindo volume, georreferenciamento e monitoramento de espaços específicos para assegurar a base farmacêutica. “O foco é o atendimento medicinal e farmacêutico, inclusive, com cannabis contendo até 0,3% de THC”, frisou.

Além da Anvisa, o Ministério da Agricultura e Pecuária, da Fazenda e da Saúde, também estão envolvidos no processo do cultivo e pesquisa da planta para a medicina. De acordo com Safatle, os remédios poderão ficar disponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS). “É necessário seguir um rito regulatório. A Anvisa é o primeiro passo.

Depois, o produto passa por uma câmara de medicamentos para regulamentação de preço e, posteriormente, pela Conitec, que é o conselho dentro do Ministério da Saúde responsável pela incorporação de novas tecnologias no sistema de saúde”, disse.

“Os estudos trazem evidências para diversas condições, como a epilepsia refratária, especialmente em crianças que não

respondem a terapias convencionais. Também há efeitos positivos para dores neuropáticas, caquexia (em pacientes com HIV), esclerose múltipla e espasticidade”, acrescentou.

A criação de um ambiente regulatório experimental, conhecido como sandbox, permitirá à Anvisa testar em pequena escala, por até cinco anos, atividades relacionadas à cannabis desenvolvidas fora do modelo industrial tradicional. “Com a nova regulamentação, há uma tendência de redução de preços — estudos indicam que a queda pode chegar a 60% — e também de redução nos custos de pesquisa”, afirmou o presidente.

*** Estagiário sob a supervisão de Luana Patriolino**

VIOLÊNCIA

Orelha : polícia conclui inquérito

» LUANA PATRIOLINO

A Polícia Civil de Santa Catarina concluiu, ontem, o inquérito sobre a morte do cão comunitário Orelha e a tentativa de afogamento do cão-chorro Caramelo, em Florianópolis. Um adolescente foi apontado como autor da agressão contra o primeiro cachorro, e outros quatro envolvidos foram identificados no caso do segundo. Eles foram enquadrados nos atos infracionais análogos ao crime de maus-tratos.

O delegado responsável, Renan Balbino, pediu a internação provisória do adolescente apontado como agressor de Orelha. Ele é um dos que estava nos Estados Unidos durante parte das investigações. “Em diversos momentos, ele se contradisse e omitiu fatos importantes para a investigação”, disse.

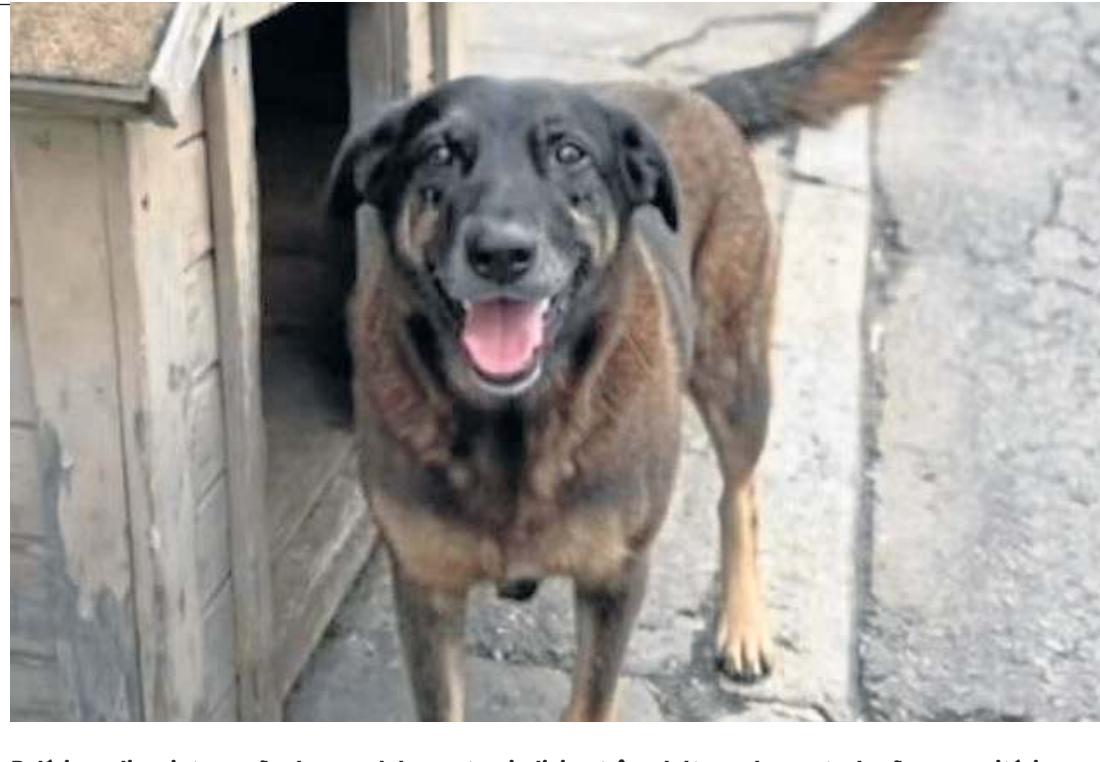
A defesa do jovem disse, por meio de nota, que “informações que vieram a público dizem respeito a elementos meramente circunstanciais, que não constituem prova e não autorizam conclusões definitivas”.

Orelha era um cão comunitário que morava na Praia Brava,

Florianópolis, há pelo menos 10 anos. As pessoas do bairro se revezavam nos cuidados a ele e a outros dois cachorros. Em 4 de janeiro, o animal foi agredido e torturado por um grupo de quatro adolescentes, segundo as investigações da Polícia Civil. O caso ganhou repercussão mundial.

Em 16 de janeiro, os adolescentes, ligados a famílias influentes de Florianópolis, foram apontados como responsáveis pela agressão. Eles foram identificados a partir de imagens de câmeras de segurança e relatos de moradores. Além dos jovens, três adultos — parentes dos investigados — foram indiciados sob a acusação de intimidar testemunhas. Dois dos suspeitos viajaram para os Estados Unidos após o crime, mas voltaram ao Brasil.

Outro adolescente, que teve imagem associada à morte do cão Orelha, comprovou que não possuiu envolvimento no caso e deixou de ser investigado pela polícia. Segundo a Delegacia de Proteção Animal de Santa Catarina, responsável pela apuração, o jovem — inicialmente apontado como suspeito — é inocente e passou à condição de testemunha.



Polícia pediu a internação de um adolescente e indiciou três adultos pela morte do cão comunitário

» GIOVANNA SFALSI

Quatro homens foram baleados durante uma ação da Polícia Civil após um roubo a residência no Morumbi, na Zona Sul de São Paulo, na tarde de ontem. Três suspeitos foram atingidos dentro do imóvel invadido e um quarto morreu após troca de tiros com agentes na Avenida Faria Lima. Outros dois

integrantes do grupo foram detidos.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), policiais do Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic) investigavam uma série de roubos a residências e monitoravam a quadrilha. Os agentes teriam flagrado os criminosos no momento em que se preparavam para deixar uma casa na Rua

Professor Eduardo Monteiro.

No interior do imóvel, os assaltantes mantinham uma vítima rendida. Ao perceberem a aproximação da polícia, houve reação por parte dos suspeitos, o que resultou na troca de tiros. De acordo com a polícia, todos os envolvidos já tinham passagem e pertenciam a um grupo especializado em roubos a residências.

15 mortos em AL

» AMANDA FEITOZA

Um ônibus que transportavaromeiros capotou na rodovia AL-220, no povoado Caboclo, no município de São José da Tapera, no sertão de Alagoas, na manhã de ontem. O acidente deixou 15 pessoas mortas e outras 15 feridas.

Segundo o Governo de Alagoas, o veículo transportava cerca de 60 ocupantes, e a ocorrência foi classificada como um incidente com múltiplas vítimas de alta complexidade. Entre as mortes confirmadas, cinco vítimas são homens, sete são mulheres e três são crianças. O governador Paulo Dantas decretou luto oficial de três dias no estado e informou que acompanha pessoalmente o trabalho das equipes envolvidas na ocorrência.

O Instituto de Criminalística de Arapiraca encaminhou duas equipes de peritos ao local para os trabalhos de investigação. A Polícia Civil instaurou inquérito para apurar as causas do acidente. Participaram das ações de resgate e atendimento às vítimas o Departamento Estadual de Aviação, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), o Corpo de Bombeiros Militar de Alagoas (CBMAL) e a Polícia Militar.